

**XXVII CONGRESSO NACIONAL DO  
CONPEDI PORTO ALEGRE – RS**

**CÁTEDRA LUÍS ALBERTO WARAT**

**JEAN CARLOS DIAS**

**JOÃO MARTINS BERTASO**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

**Diretoria – CONPEDI**

**Presidente** - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

**Vice-presidente Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

**Vice-presidente Sudeste** - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

**Vice-presidente Nordeste** - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

**Vice-presidente Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

**Secretário Executivo** - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

**Representante Discente – FEPODI**

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

**Conselho Fiscal:**

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

**Secretarias:**

**Relações Institucionais**

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

**Relações Internacionais para o Continente Americano**

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

**Relações Internacionais para os demais Continentes**

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

**Eventos:**

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch UFSM – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho Unifor – Ceará

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta Fumec – Minas Gerais

**Comunicação:**

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro UNOESC – Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC – Minas Gerais

**Membro Nato** – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

---

C357

Cátedra Luís Alberto Warat [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UNISINOS

Coordenadores: Jean Carlos Dias; João Martins Bertaso. – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-741-0

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Tecnologia, Comunicação e Inovação no Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVII Encontro Nacional do CONPEDI (27 : 2018 : Porto Alegre, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa  
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis  
Santa Catarina – Brasil  
[www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br)



Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul - Brasil  
<http://unisinos.br/novocampuspoa/>

# **XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI PORTO ALEGRE – RS**

## **CÁTEDRA LUÍS ALBERTO WARAT**

---

### **Apresentação**

Entre os dias 14 a 16 de novembro, ocorreu o XXVII Encontro Nacional do CONPEDI, na cidade de Porto Alegre/RS, com o tema "Tecnologia, Comunicação e Inovação no Direito". O evento foi magnânimo em abordagens qualificadas, no que refere ao enfrentamento dos desafios imposto pela ciência jurídica em um mundo complexo e multicultural.

Neste evento, o CONPEDI seguiu com o grupo de trabalhos denominado "Cátedra Luis Alberto Warat", com o objetivo refletir sobre as convergências, discussões e potencialização de investigações que tenham conexões com o pensamento de Luis Alberto Warat, já que Luis Alberto Warat foi um grande pensador das ciências jurídicas que, não satisfeito em pesquisar somente o direito, olhava ao Direito desde a filosofia, ciência política, sociologia, psicanálise, literatura, de modo que influenciou um enorme contingente de pesquisadores e continua influenciando estudiosos destas áreas de investigações.

Suas ideias críticas e radicais, provindas de lugares inesperados, marcou indelével o universo jurídico no Brasil e na América Latina. Warat além de pensador foi um grande Professor de Direito. A sua trajetória acadêmico-científica se confunde com a história da crítica do Direito, qualificando o *Stricto Sensu* brasileiro desde os anos oitenta, noventa e primeira década do presente século, período no qual fez escola e formou muitos juristas, os quais são destaque no cenário nacional. Warat, por sua formação, foi um profundo conhecedor da filosofia analítica e do normativismo kelseniano, apontando as insuficiências da teoria de Kelsen, na abrangência do fenômeno social.

Warat integrou um restrito grupo de pensadores docentes, demonstrando uma postura crítica ao modo como o Direito era concebido e ensinado. A carnavalização como crítica ao Direito ministrado e praticado, o Surrealismo jurídico, a Cinosofia e a pedagogia da Sedução, integraram um conjunto de fragmentos polifônicos que, por sua conta, romperam com uma proposta sistematizante e procedimentalizada que vigia desde um “senso comum teórico dos juristas”. Uma realidade plasmada na consciência imaginativa num conjunto significativo de “pinguins vermelhos”.

Assim, os trabalhos apresentados no GT “Cátedra Luis Alberto Warat”, no XXVII Encontro Nacional do CONPEDI, em Porto Alegre, expressam uma dimensão objetiva e real de

ocupação de um espaço que se fez por ocasião da criação da Cátedra Luis Alberto Warat, no PPGDireito da URI de Santo Ângelo, já que lá se encontra todo o conjunto bibliográfico e cultural doado pela família desse relevante jurista latino-americano. Suas obras e reflexões continuam, dessa forma, modificando mentalidades e construindo consciências críticas, de maneira digna e contributiva à construção do discurso jurídico.

Nesse sentido, várias interfaces da mediação foram apresentadas:

"A (re)educação para os direitos humanos e alteridade na sociedade pós moderna a partir da mediação waratiana", de Caroline Isabela Capelesso Ceni e Janete Rosa Martins, analisa a mediação transformadora de Luis Alberto Warat como possibilidade da alteridade e da sensibilização quanto aos direitos humanos e o respeito as diferenças.

Bruna Escobar Teixeira e Francéli Raquel Radons, trabalham a "Mediação de Luis Alberto Warat como forma ecológica de resolução de conflitos", a partir de uma visão ecológica, demonstrando que a mediação pode alcançar a transformação das pessoas em uma sociedade diversificada, onde as pessoas consigam realizar-se como autônomas.

A "Mediação judiciária, a jabuticaba e a judicialização excessiva: um manual de sobrevivência em terras brasileiras", expressa uma pesquisa apresentada por Luciane Mara Correa Gomes e Tauã Lima Verdan Rangel, que questiona uma forma de resolver conflitos oficiais, como uma mistura profana de dar solução a tudo com modelos transfigurados pelos representantes de uma judicialização excessiva, potencializada pela mediação judiciária. Para Warat, uma fantasia, capaz de corromper o instituto de natureza não judicial.

Ana Paula Cacenate, em seu trabalho, vê a "Mediação waratiana como paradigma de realização da transjustiça," em que se perfazem os meios permanentes de reconhecimento do Outro, e da construção ética do entre-nós. Uma base de justiça despida de uma identidade de valores absolutos, mas sustentável em uma natureza dialógica, onde a outridade, a liberdade, a não-violência e o amor, enquanto prática pedagógica, repercutem sobre as condições de possibilidades da autonomia individual e coletiva.

Com Aleteia Hummes Thaines e Marcelino Meleu, "A proposta carnavalizada do ensino jurídico em Luis Alberto Warat", trata da crítica de Luis Alberto Warat ao ensino dogmático tradicional que lastreia a formação jurídica no Brasil, alertando para a necessidade de mudança do paradigma tradicional racionalista.

"A terapia do amor mediado de Luis Alberto Warat e a constelação sistêmica: uma inovação no direito como contribuição ao tratamento dos conflitos", de Charlise Paula Colet Gimenez e Greice Daiane Dutra Szimanski, toma o modelo de Luis Alberto Warat, e dos princípios da Constelação Sistêmica, para dar maior serenidade as partes envolvidas, podendo resgatar a espontaneidade e harmonia das relações humanas.

"Alteridade e responsabilidade: um olhar sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro a partir de Luis Alberto Warat e Hans Jonas", foi trabalho desenvolvido por Liane Marli Schäfer Lucca e Rosângela Angelin, que buscam analisar os desafios das Universidades frente ao processo de inclusão de pessoas com deficiência, destacando a necessidade de se criar um espaço entre nós (Warat), que acolha as diferenças e suas especificidades.

Franciele Seger e João Martins Bertaso apresentam "Amor e fraternidade: um caminho para o reconhecimento dos refugiados ambientais", como possibilidade de reconhecimento dos refugiados ambientais por intervenção da fraternidade, sendo que o direito fraterno surge como alternativa humana e justa, podendo acolher o Outro como irmão e não como inimigo.

Com Andressa Piuco e Sheila Marione Uhlmann Willani, o "Direito fraterno como meio de comunicação simbólica", procurar-se-á demonstrar como a mediação é a comunicação que busca orientar a amizade que é proposta pelo imaginário fraterno, sendo analisada como um fundamento importante no tratamento de conflitos.

"Entre os discursos do ódio e do amor: existe amor no processo judicial?" Essa questão é colocada por meio da pesquisa de Guilherme Christen Möller, que tenta responder afirmando que o discurso do ódio e o do amor são paralelos, não se cruzando em momento algum e demonstrando, pelo olhar waratiano, que não existe amor no processo judicial.

"Luis Alberto Warat e a construção da subjetividade na questão de gênero", apresentado por Candice Nunes Bertaso, sinaliza para a existência de um poder impessoal e simbolicamente instituído que disciplina a instituição da sociedade e fabrica os sujeitos sociais. A categoria de gênero é colocada em discussão para demonstrar as implicações que o exercício do poder da ordem social natural totalitária tem sobre a configuração da subjetividade masculina e feminina.

Neusa Schnorrenberger apresenta "Desenvolvimento sustentável e ecologia política como eco-cidadania em Luis Alberto Warat: uma experiência do movimento das mulheres camponesas. Procura analisar a relação existente entre desenvolvimento sustentável e

ecologia política como eco-cidadania em Warat correlacionando a experiência das mulheres camponesas e o meio ambiente ecológico.

Bianca Strücker analisa os "Papéis sociais e familiares pautados no gênero: um olhar a partir de Luis alberto Warat". Trata das relações de gênero, que foram firmadas ao longo da história, configurando-se como construções culturais de identidades, envolvendo relações de poder, o que resultou na opressão e submissão das mulheres e na “naturalização” destas relações, originando papéis sociais e familiares pautados no gênero.

Fica o desejo de acesso a um pensar crítico, reflexivo e comprometido, ao percurso teórico deste saudoso professor, iniciam do pelos textos que ora se apresentam por meio de ex-colegas e estudantes de Luis Alberto Warat.

De Porto Alegre, neste outono de 2018.

Coordenadores:

Prof. Dr. João Martins Bertaso - URI

Prof. Dr. Jean Carlos Dias - CESUPA

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento. Equipe Editorial Index Law Journal - [publicacao@conpedi.org.br](mailto:publicacao@conpedi.org.br).

**A TERAPIA DO AMOR MEDIADO DE LUIS ALBERTO WARAT E A  
CONSTELAÇÃO SISTÊMICA: UMA INOVAÇÃO NO DIREITO COMO  
CONTRIBUIÇÃO AO TRATAMENTO DOS CONFLITOS**

**THE RE-ENCOUNTER LOVE THERAPY FROM LUIS ALBERTO WARAT AND  
THE SYSTEMIC CONSTELLATION: A LAW NEW APPROACH TO THE  
CONFLICT TREATMENT**

**Charlise Paula Colet Gimenez <sup>1</sup>  
Greice Daiane Dutra Szimanski <sup>2</sup>**

**Resumo**

O presente artigo vislumbra a formação de novos paradigmas relativos ao tratamento dos conflitos tomando por base a “terapia do reencontro do amor” do modelo de Luis Alberto Warat, a qual propõe a mediação como a “terapia do amor mediado” somado ao pensamento sistêmico por meio dos princípios da Constelação Sistêmica que juntos corroboram a compreensão do conflito com maior serenidade pelas partes envolvidas, disseminando a sensibilidade e resgatando a espontaneidade e harmonia das relações humanas. Para a realização da pesquisa, adotou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo e o método do procedimento bibliográfico.

**Palavras-chave:** Mediação, Constelação sistêmica, Terapia do reencontro do amor, Tratamento de conflitos, Luis alberto warat

**Abstract/Resumen/Résumé**

This article aims to contribute to new paradigms related to the treatment of conflicts based on the "re-encounter love therapy" from the model of Luis Alberto Warat that proposes mediation as the "mediated love therapy" added to the systemic thinking through the principles of the Systemic Constellation, which together can corroborate the understanding of the conflict with greater serenity by the parties involved, disseminating the sensibility and rescuing the spontaneity and harmony of human relations. For the accomplishment of the research, it is adopted the hypothetical-deductive method of approach and the bibliographic method of procedure.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Mediation, Systemic constellation, Re-encounter love therapy, Treatment of conflicts, Luis alberto warat,

---

<sup>1</sup> Doutora em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Professora dos Cursos de Graduação e Mestrado e Doutorado em Direito da URI, campus Santo Ângelo/RS

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito – Mestrado e Doutorado da URI, campus de Santo Ângelo. Advogada. Consteladora Sistêmica.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A sociedade contemporânea tem vivenciado uma transformação significativa nas instituições, nas empresas e nas próprias famílias que vem acompanhada pela falta de diálogo e necessidade de imediatização da informação, do sucesso, do transbordar “de opiniões, filosofias, doutrinas, saberes de mais” (WARAT, 2004, p. 19). Disso, surgem os conflitos e a necessidade de novos paradigmas que resgatem os significados de humanidade, comunicação, compaixão, alteridade, fraternidade, entre outros.

O exercício da jurisdição, a partir de seus procedimentos tradicionais, reproduzido nas sentenças judiciais, já não atende o propósito de garantir o conforto entre as partes envolvidas que buscam, muitas vezes, em infinitos recursos que se prolongam no tempo, o reconhecimento de algo que entendem justo e que talvez poderia ser resolvido com uma simples troca de palavras. Há a necessidade de que a justiça seja pedagógica e terapêutica para que milhões de brasileiros esquecidos comecem a ter consciência do que é ser cidadão, recuperar a sua própria identidade e aprender os sentidos e as práticas cotidianas de cidadania (WARAT, 2010).

Para que se concretize a efetiva resolução dos conflitos não basta apenas a comunicação, as palavras escritas, os gestos, mas é necessário se utilizar também do pensamento, do raciocínio e dos sentimentos, pois tudo se comunica, tudo se completa (WARAT, 2004).

Esse é o trabalho da mediação preventiva desenvolvida pelo autor Luis Alberto Warat, que se destaca como sendo uma terapia do reencontro, considerando o conflito dos sentimentos amorosos por meio de uma psicologia sensível, generosa, educativa e comunitária destinada aos esquecidos, para que ouçam a si mesmos e aos outros.

Para a grande maioria dos juristas, as verdades encontram-se em normas, não sendo necessário sair delas para realizar as práticas sociais de justiça, sendo que para o autor, no mundo do direito e suas linguagens, o “rosto secreto de Deus se chama Mediação” (WARAT, 2010, p. 07)

Desse modo, o presente artigo objetivo, a partir da mediação que dissemina a sensibilidade entre as pessoas e resgata a espontaneidade e harmonia das relações humanas (WARAT, 2004) somada a uma nova percepção sistêmica da vida, por meio das Constelações Sistêmicas, apresentar uma nova ferramenta que serve para diminuir a angústia humana na busca de resolução para os egos em conflito. Para tanto, adota-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, e o método de procedimento monográfico.



## **1 MEDIAÇÃO: Uma arte a ser experimentada**

As dificuldades surgem não a partir do conflito em si mesmo, mas a partir da forma como o conflito é recebido, é por meio do conflito que se torna possível aprender a assumir a responsabilidade sobre a própria vida, para que se aprenda a arriscar, a confiar no outro, a expressar os próprios sentimentos (WARAT, 2004).

Os conflitos não desaparecem, apenas se transformam (Warat, 2004) e eles são inerentes ao ser humano. A própria história da humanidade descreve uma realidade em que o ser humano sempre conviveu com o conflito, basta analisar a escravidão, o preconceito em relação à homossexualidade, a luta pela liberdade de crença e pelo direito das mulheres a um tratamento igualitário, dentre tantas outras disputas (GIMENEZ, 2016).

Os conflitos aparecem também quando se está em meio ao desenvolvimento dos papéis sociais que “significam reivindicações da sociedade aos portadores de posições” (DAHRENDORF, 1991, p. 54), ou seja, o comportamento esperado do indivíduo. Além disso “através do relacionamento de papéis e grupos de referência torna-se possível o acesso a uma análise mais conspícua de uma forma importante do conflito social, o conflito entre papéis”. (DAHRENDORF, 1991, p. 54). Dessa forma, os conflitos acontecem quando as pessoas acumulam diversos papéis e lhes são exigidos determinados comportamentos, porém, sem os quais o indivíduo passa a ser inexistente para a sociedade.

O conflito tem uma significação sociológica, ele “transforma cada um dos envolvidos, não somente na sua relação com o outro, mas consigo mesmo, pois existem, ao mesmo tempo, consequências desfiguradoras e purificadoras, enfraquecedoras e fortalecedoras” (GIMENEZ, 2016, p. 70).

No Manual de Mediação Judicial<sup>1</sup>, o conflito é definido como sendo “um processo ou estado em que duas ou mais pessoas divergem em razão de metas, interesses ou objetivos individuais percebidos como mutuamente incompatíveis”, ou seja, é um fenômeno inerente às relações humanas no qual se afasta o estado de compaixão das

---

<sup>1</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Manual de Mediação Judicial. 5ª ed. p.43 apud YARN, Douglas H. Dictionary of conflict Resolution.

peças envolvidas por meio do rompimento da comunicação, o que pode acarretar um comportamento violento com os demais e consigo mesmo (ROSENBERG, 2006).

Em decorrência dessa ausência de comunicação saudável é que as partes buscam, cada vez mais, seja no Poder Judiciário ou em um terceiro imparcial, a promoção da escuta e a solução do conflito acarretando, conseqüentemente, o aumento do volume processual nas instâncias judiciais e impossibilitando o acesso à justiça de forma efetiva.

No entanto, para a compreensão do conflito é necessário analisar a maneira como os seres humanos lidam com ele, pois isso acaba sendo um catalisador, criando uma complexidade ainda maior (WARAT, 2004, p. 90). “Para se pensar no conflito, é preciso senti-lo, vê-lo para conhecê-lo. Os conflitos reais estão além do que se mostra aparente, estão no coração, no interior das pessoas” (WARAT, 2004, p. 29).

Nesse sentido, a alteridade é a peça-chave para o estabelecimento e a superação dos conflitos. Destruir a cultura do outro é garantir o extermínio do outro. Assim, o que se está destruindo “em nome de direitos humanos divinizados cinicamente, é toda a cultura da alteridade. É a guerra em estado permanente contra o outro” (WARAT, 2010, p. 23). É necessário apostar na resistência cultural, na cultura da paz, na mediação, na alteridade, no amor, na paz, na mediação dos excluídos, na sabedoria dos contágios, em uma cultura que não alimente a soberba (WARAT, 2010).

A educação e a promoção da cultura da paz, de certa forma, contêm o instituto de aderir ao conflito, contrapondo à guerra o nobre sentimento de amor (WARAT, 2004, p.76). Além disso, “tudo o que favorece o estreitamento dos vínculos emocionais entre os homens, é antídoto à guerra. A paz não significa a ausência de conflitos, mas a sua gestão de forma diversa da violência, do aniquilamento e da exclusão” (GIMENEZ, 2016).

Diante dessa crise no sistema processual e da própria tendência mundial a um maior incentivo à implementação de formas alternativas de resolução de conflitos que consiste no modelo multiportas que “se complementa e permite ao cidadão a escolha daquele meio que for mais adequado à solução do seu conflito, conforme as particularidades e especificidades de cada caso” (NUNES, 2006, p. 38).

Verifica-se, portanto, que

a solução negociada não é apenas um meio eficaz e econômico de resolução de litígios: trata-se de um importante instrumento de desenvolvimento da cidadania, em que os interessados possam ser protagonistas da construção da decisão jurídica que regula as suas relações. Neste sentido, o estímulo à autocomposição pode ser entendido como um reforço da participação popular

no exercício do poder – no caso, o poder de solução de litígios. Tem, também por isso, forte caráter democrático (DIDIER JR, 2016, p. 272).

Diante disso, conclui-se que o conflito é uma oportunidade de crescimento e aprendizado das partes envolvidas e da sociedade em geral e o modelo Waratiano da “terapia do reencontro do amor” que propõe a mediação como a “terapia do amor mediado”, possibilita que as pessoas compreendam o conflito com maior serenidade de maneira a retirar a carga de energia negativa que impede a administração criativa.

É nesse sentido que Warat (2004, p. 34) afirma que “a mediação não é uma ciência que pode ser explicada, ela é uma arte que tem que ser experimentada”, “é um processo do coração” (WARAT, 2001, p. 35), é necessário sentir o conflito e não apenas pensar no conflito.

A mediação oferece benefícios para ser utilizada como método autocompositivo de tratamento de conflitos (GIMENEZ, 2016). Assim,

se o método de tratamento de conflito for definido como aquele que melhor satisfaça aos interesses de todos os envolvidos, produzindo um resultado mais eficiente, a mediação, portanto, que tem o potencial mais elevado no quesito criação de valores, deveria ser a primeira escolha (GIMENEZ, 2016, p. 272).

Muito além de uma resolução e de leis, deve-se antes compreender e fomentar uma cultura de paz, de alteridade e de tratamento de conflitos de forma qualitativa (GIMENEZ, 2016). Nesse sentido, a mediação nada mais é do que

um processo de reconstrução simbólica do conflito, no qual as partes têm a oportunidade de resolver suas diferenças reinterpretando, no simbólico, o conflito com o auxílio de um mediador, que as ajuda, com sua escuta, interpretação e mecanismos de transferência, para que elas encontrem os caminhos de resolução, sem que o mediador participe da resolução ou influencie em decisões ou mudanças de atitude (nisto se baseia sua imparcialidade; é imparcial porque não resolve nem decide) (WARAT, 1998, p.31).

O mediador é o terceiro que atua na comunicação entre as partes de uma forma que não interfira na resolução do conflito, ou seja, “o mediador, enquanto terceiro interventor, tem a função de intermediar as relações entre os envolvidos, utilizando-se da autoridade conferida por eles para restabelecer o elo existente entre elas, permitindo as condições necessárias para que alcancem a melhor solução ao seu conflito” (GIMENEZ, 2016, p. 224).

Além disso, o papel do mediador é dar amor, é estimular as pessoas a chegarem aonde elas querem estar, é estimular a comunicação, o diálogo e o entendimento. O mediador aprende com a sua própria experiência e com a experiência dos outros, ele busca aquilo que está escondido, a verdade real, para fazer vir à tona a transformação que resultará na solução de determinado conflito (WARAT, 2004).

Para ser mediador é preciso estar além das técnicas de comunicação, é preciso ver o problema com os olhos do amor, é preciso renunciar as máscaras, aos jogos (WARAT, 2004). Além de aprender a técnica é necessário que o mediador esteja a serviço das partes envolvidas e disposto a atingir a sensibilidade por meio da comunicação não verbal, inclusive.

Observa-se que “para a cultura do litígio a única realidade que importa é a que está nos processos” e “para a concepção conflitológica da mediação a única realidade que interessa é a que está na experiência” (WARAT, 2010). A importância da mediação é que ela supera a imparcialidade e a arbitrariedade e permite que a sensibilidade e a aproximação imperem durante a sua realização.

A meta de mediação consiste em responsabilizar os conflitantes pelo tratamento do seu litígio, unindo-os a partir de uma ética da alteridade; encontrar, com a atuação de um mediador, a garantia do sucesso, aparando as arestas e divergências, compreendendo as emoções reprimidas e alcançando um consenso que atenda aos interesses de cada envolvido e conduza à paz social (SPENGLER, 2010, p. 322). Assim, “com o auxílio do mediador, os envolvidos buscarão compreender as fraquezas e fortalezas de seu problema, a fim de tratar o conflito de forma satisfatória” (MORAIS; SPENGLER, 2012, p. 132).

Além disso, o objetivo principal da mediação deve ser a qualidade do acordo realizado e a satisfação pessoal das partes envolvidas com a finalidade, inclusive, de evitar reincidências, não podendo servir apenas como um método que produz a diminuição da quantidade de processos do Poder Judiciário.

Os conflitos, em geral, não referem-se apenas a um mero desentendimento, ao contrário, são movidos por causas mais profundas, muitas vezes invisíveis a um olhar superficial (VIEIRA, 2017). Diante disso, é necessário perceber a existência de outras formas que acompanham a evolução do conhecimento, viabilizando o diálogo e tornando mais célere e efetiva a Justiça, como pode-se alcançar com a implementação do pensamento sistêmico advindo da Constelação Sistêmica.

## **2 CONSTELAÇÃO SISTÊMICA: O estreitamento das interações humanas inseridas em um conflito**

Tendo em vista que a mediação é, dentre outros conceitos, um processo que recupera a sensibilidade e o crescimento interior das partes para que possam agir na resolução de seu conflito de uma maneira mais ativa, é por meio dos princípios da Constelação Sistêmica que o mediador poderá auxiliar ainda mais as partes, auxiliando-as a observar as dinâmicas ocultas que levam a determinado conflito, ampliando sua percepção sobre o problema e sobre a sua própria vida.

Inicialmente, há de se compreender que a teoria sistêmica não é uma teoria jurídica, não é uma teoria do Direito ou da Ciência do Direito, é, antes de tudo, uma teoria regente do Universo e para reforçar essa ideia, lembra-se que os biólogos foram os pioneiros em sua divulgação nos moldes em que hoje se conhece. O Pensamento Sistêmico ganhou um arcabouço teórico e reconhecimento na primeira metade do século XX (CAPRA, 2006).

Diante disso, inicia-se esclarecendo que em 1940, o biólogo austríaco Ludwig Von Bertalanffy apresenta a Teoria Geral dos Sistemas e o matemático norte-americano Norbert Wiener inicia a elaboração da Cibernética. Ambas as teorias tiveram desenvolvimento paralelo no século XX e configuram os limites paradigmáticos para a Teoria Sistêmica, em conjunto com a influência da Teoria da Comunicação Humana, criada por Gregory Bateson e Paul Watzlawick (VASCONCELOS, 2013). O conceito foi posteriormente enriquecido pela psicologia e pela física, abandonando-se o mecanicismo cartesiano para se chegar ao pensamento sistêmico.

Esse conceito sistêmico é trabalhado pelo sociólogo Niklas Luhmann na concepção de comunicação: sistema fechado e aberto. Segundo Leonel Severo Rocha, “somente a comunicação pode produzir comunicação [...]”, portanto ela se faz cada vez mais necessária na busca de interdisciplinaridade de todas as áreas do conhecimento. Além disso,

a comunicação, para Luhmann, é uma síntese entre a informação, o ato de comunicação e a compreensão. Esta síntese é possível dependendo da forma como os meios de comunicação permitem a produção do sentido. Assim, a comunicação não derivaria de suas pretensões de racionalidade consensual. Uma tal postura permite afirmar que as funções pragmáticas da linguagem nos processos de decisão jurídica podem e devem ser redefinidas somente no interior dos sistemas (ROCHA; SCHWARTZ; CLAM, 2013).

Dito isso, busca-se na Teoria Sistêmica o entendimento sobre o Sistema Familiar como sistemas autopoieticos. Enquanto Maturana e Varela restringem o conceito da autopoiese a sistemas vivos, Luhmann o amplia para todos os sistemas em que se pode observar um modo de operação específico e exclusivo, que são, na sua opinião, os sistemas sociais e os sistemas psíquicos. As operações básicas dos sistemas sociais são comunicações e as operações básicas dos sistemas psíquicos são pensamentos. As comunicações dos sistemas sociais se reproduzem por meio de comunicações, e pensamentos se reproduzem por pensamentos. Fora dos sistemas sociais, não há comunicação e fora dos sistemas psíquicos não há pensamento. Ambos os sistemas operam fechados, no sentido que as operações que produzem os novos elementos do sistema, dependem das operações anteriores do mesmo sistema e são, ao mesmo tempo, as condições para futuras operações. Esse fechamento é a base da autonomia do sistema.

Em outras palavras, nenhum sistema pode atuar fora das suas fronteiras. É válido ressaltar que o conceito da autopoiese em nenhum momento nega a importância do meio para o sistema, pois, lembrando, sem meio não há sistema. Autopoiese refere-se à autonomia, o que não significa autarquia (MATHIAS, 2018). “O sistema autopoietico é simultaneamente fechado e aberto, ou seja, é um sistema que sincroniza a repetição e a diferença, tendo que equacionar no seu interior esse paradoxo, que os operadores do Direito vão usar como critério para tomar decisões” (ROCHA; MARTINI, 2016, p. 51). Assim, continuam os autores ao afirmar que “[...] a sociologia luhmanniana apresenta uma série de propostas que nos permitem observar o Direito de maneira diferente; de uma maneira mais dialética, no sentido que é preciso ver a sociedade como tentativa de construção de futuro” (2016, p. 52).

De acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo são propriedades do todo que nenhuma das partes possui. Elas surgem da interação e das relações entre as partes. Essas propriedades são destruídas quando o sistema é dissecado, física ou teoricamente, em elementos isolados. Embora possa ser discernido sobre partes individuais em qualquer sistema, essas partes não são isoladas, e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes (SANTANA, 2018).

Tendo em vista esse embasamento sistêmico, desenvolveu-se uma técnica no início dos anos 80, pelo filósofo, teólogo e pedagogo Bert Hellinger, denominada Constelações Sistêmicas Familiares que auxilia na harmonização dos relacionamentos e no reconhecimento dos papéis, ampliando a visão sobre o problema e favorecendo a

capacidade dos envolvidos se colocarem no lugar uns dos outros. Em resumo, as Constelações Familiares são:

uma teoria, são o resultado da união de princípios provenientes de várias escolas psicoterapêuticas tais como a Teoria Sistêmica Familiar, a Terapia de Comportamento, a Gestalt, o Psicodrama, a Hipnoterapia, de Milton Ericsson, e o Grito Primário, de Arthur Janoff, entre outras. Bert Hellinger, depois de ter trabalhado com essas diferentes técnicas por mais de trinta anos, desenvolveu sua própria terapia, qual hoje chama “Constelações Familiares” (CASTILHO, 2016, p.17).

De forma mais simples, afirma-se que a constelação familiar representa o corpo social da família, busca agregar todo o seio familiar sempre na busca da harmonia entre as pessoas e que tal sistema pode contribuir fortemente para o fim do conflito impactando tanto os atores diretos quanto os envolvidos indiretamente na causa (CARDOSO, 2017).

Nesse raciocínio, observou-se que os relacionamentos humanos e a constituição dos sistemas ou grupos sociais carecem da satisfação de três necessidades essenciais, que se manifestam de forma complexa e asseguram sua sobrevivência, quais sejam, a necessidade de *pertencimento*, a necessidade de *ordem* e a necessidade de manter o *equilíbrio* entre os membros. Tais forças agem como princípios da vida, arbitrários como leis físicas, químicas e biológicas, denominadas como as Ordens do Amor (HELLINGER, 2007).

A partir desse entendimento e da nova política estimulada pelo Conselho Nacional de Justiça é que se tornou possível utilizar as Constelações Sistêmicas no Direito como uma nova forma de tratamento de conflitos, no intuito de promover a conciliação profunda e definitiva entre os envolvidos.

Esse novo olhar tornou possível perceber que muitos dos problemas levados ao Poder Judiciário ocultam outros problemas relacionados à natureza familiar, ao sistema familiar dos envolvidos, pois cada pessoa está comprometida com o destino do seu grupo e a serviço do seu sistema sendo que a negação do destino coloca os indivíduos em conflito, o que inviabiliza o caminho da cura, da reconciliação e da felicidade (GUEDES, 2015).

A família, por ser um grupo privilegiado, sedia os primeiros conflitos de interesse, perpetuando-se vida afora, sendo que as relações familiares constituem o primeiro grupo que qualquer ser humano integra, desde a sua concepção. Assim, todo o indivíduo está necessariamente envolvido em diversas relações interpessoais. Num sistema, todos os participantes estão ligados por laços invisíveis que funcionam como

vinculantes, portanto, esses envolvimento são inevitáveis (CASTILHO, 2016). No entanto, quando as ordens são desrespeitadas inúmeros conflitos se estabelecem,

todo o indivíduo está, acima de tudo, muito mais a serviço do seu sistema, do que a serviço do seu próprio querer. Ele constata que nós temos uma pequena liberdade diante do destino, pequeníssima liberdade, que consiste apenas em concordar ou discordar. É importante compreender que aqui o significado de concordar: aceitar o dado como verdadeiro, real, existente. Não significa atribuir ao mesmo um juízo de valor, de certo ou errado. A negação do destino nos coloca em conflito (falta de sintonia) com ele, o que inviabiliza o caminho da cura, da reconciliação e da felicidade (GUEDES, 2015, p. 31-32).

Nos estudos realizados por diversos pesquisadores do pensamento sistêmico, pode-se observar que na ocorrência de desrespeito a uma ou mais leis sistêmicas, surgem dificuldades nos relacionamentos, desequilíbrios orgânicos, emocionais ou mentais, bem como outros fenômenos como má sorte, fracassos reiterados em diversas áreas da vida, falências, perdas, endividamento, todas essas situações desagradáveis e problemáticas quando não sanadas são repassadas de uma geração a outra.

Tais dinâmicas ocasionam os conflitos e na dificuldade de comunicação os envolvidos buscam no Judiciário a imposição de uma decisão que resolva o litígio, evitando, com isso, que elas mesmas olhem para os próprios problemas, pois muitas vezes é mais fácil cumprir uma decisão judicial imposta do que se redimir de algum ato falho ou admitir que falhou.

O conflito doloroso/negativo pode levar a situações de desagregação social graves e é por isto que as sociedades lançam mão de recursos, meios de pacificação, de resolução, acordos, fronteiras, políticas, apoiados na legislação e jurisdição aceita pelas partes. Portanto, a representação jurídica busca manter os conflitos dentro de certos limites (HELLINGER, 2007) e “quando esses limites deixam de existir, como acontece na guerra, ou quando o poder da ordem desmorona, como nas revoluções, irrompe de novo a vontade arcaica de extermínio, com suas terríveis consequências” (HELLINGER, 2005, p.13-14).

Não é incomum ver manifestações de agressão e violação do outro, impaciência e ofensas, calúnias, mágoas, raiva de diversos modos, expressas sutil ou grosseiramente, nos mais diversos meios sociais. A destruição moral do outro é um ponto claro da vontade de afirmação de si e de extermínio do outro ou de sua alteridade, portanto, de sua dignidade.



Tal situação é praticamente inescapável aos indivíduos comuns que, por vezes, se encontram à beira de serem atacados e de responder com ataque. Violência gera violência e um ato justifica o outro, gerando uma nova possibilidade para a violência que habita no ser humano.

Hellinger observa, contudo, que este não é o único motor da violência, “o outro é a própria necessidade de equilíbrio entre o que se dá e o que se recebe, entre ganhos e perdas, da necessidade de justiça” (HELLINGER, 2007, p. 15). De fato, a justiça tem este sentido, e nos sentimos muito frustrados e feridos quando há um desequilíbrio neste processo, nesta estabilização da troca no social.

Toda tragédia tem, assim, sua origem na tensão entre a boa e a má consciência, “o conflito entre os dois lados reduz-se a um conflito entre duas boas consciências que se opõem” (HELLINGER, 2005, p.22). A percepção de um indivíduo dentro de um grupo é limitada, de modo que em ambos os lados estão seguros de que são detentores da razão, e que o outro deve ser eliminado.

Nesse contexto, como se pode, então, conquistar a paz e a felicidade? E a resposta é simples, é por meio do amor, pois “além dos conflitos que nascem da boa consciência e da vontade de sobrevivência, existe também entre os seres humanos um movimento para aproximar-se dos de semelhantes, um anseio de ligação entre eles” (HELLINGER, 2007, p. 19).

Um bom intercâmbio, um bom sistema do dar e receber apenas faz crescer a satisfação e a vontade de apoiar o outro. Em geral um bom doador – doador de atenção, de respeito, dignidade, consideração, apoio, presença de espírito, solicitude – é alguém que geralmente colhe bons frutos disso e passa a ser uma pessoa agradável, feliz, que traz conforto e alegria e a tendência é que tal pessoa seja muito apoiada quando necessite.

Para Hellinger, a paz começa onde termina a vontade de extermínio, momento em que o indivíduo reconhece que não existem seres melhores e piores, todos estão enredados, nesse sentido, todos são iguais,

quando sabemos e reconhecemos isso, quando sabemos que nossa consciência tolhe a nossa liberdade, podemos nos aproximar uns dos outros sem arrogância. Respeitando os limites que nos são impostos, podemos olhar mais longe e ultrapassar nossa boa consciência anterior, para nos encontrarmos mutuamente em algo maior. Aí começa a grande paz. (HELLINGER, 2007, p. 23).

O caminho para a paz e para a felicidade é preparado por um amor aberto, leve, acolhedor, “o grande amor que está além do bem e do mal, além dos grandes conflitos”

(HELLINGER, 2007, p. 23). A paz é o reencontro entre o que antes estava em oposição e o reconhecimento mútuo dos lados que se excluía, de modo que fazem um luto conjunto pelas vítimas que até então se combatiam ou se destruíam (HELLINGER, 2003)

E nesse momento é que se ressalta a importância da mediação e da necessidade de implementação dos princípios da Constelação para resultados ainda mais efetivos.

Em conformidade com o entendimento do professor Luis Alberto Warat<sup>2</sup> que refere sobre a necessidade de uma psicoterapia do reencontro ou terapia do amor mediado, observa-se a importância do autoconhecimento, do amor próprio, e do respeito aos sentimentos e atitudes alheias. Isso porque nos dias atuais é muito mais fácil julgar do que compreender, apontar erros do que assumi-los, invejar do que conquistar. É muito mais fácil proteger os traumas e as dores do que enfrentá-las e curá-las. É muito mais fácil aceitar uma decisão imposta do que o peso e a responsabilidade de decidir. Enfim, é mais fácil ser vítima, ser passivo, ser bonzinho diante dos olhos dos outros.

Os princípios da Constelação, formados pelo conjunto de diversas teorias, inclusive da psicologia, demonstram e comprovam a raiz dos problemas, quais foram os motivos que geraram tais atitudes, o que está por trás de uma agressão física, de um vício, de uma doença, o que muitas vezes é possível pelo simples olhar sem julgamento do mediador.

É na mediação, no contato direto e particular com a parte litigante que o mediador poderá se utilizar da sua sensibilidade para ouvir os problemas ocultos ao litígio, fazer perguntas sistêmicas que podem esclarecer situações jamais imaginadas pela parte. É possível identificar padrões comportamentais que se repetem desde a infância e até mesmo atitudes que demonstram uma busca incessante no outro daquilo que não recebeu dos seus pais, como carinho, atenção e amor. Além disso, é possível perceber que a incapacidade de aceitar, tomar ou reconciliar é decorrente de um medo inconsciente que está relacionado à algo que aquela pessoa tenha passado que lhe causou alguma dificuldade, algum trauma.

Tais dinâmicas agem de forma inconsciente. Cada conexão relacional se encontra configurada por uma consciência. A consciência pessoal é regida pela dinâmica da culpa e inocência, entre certo e errado, e está ligada diretamente aos valores familiares. Na consciência do grupo atua um poder inconsciente que cobra qualquer desrespeito para com o grupo em relação às forças de vínculo, compensação e ordem. Por fim, a

---

<sup>2</sup> WARAT, Luís Alberto. Surfando na Pororoca: O ofício do mediador. Monteiro: Fundação Boiteux, 2004, p. 95.

consciência universal aceita a todos e a tudo, no seu tempo, na sua forma e no seu movimento (GRAÇA, 2015).

Assim, se uma ofensa ideológica pode evocar o sentimento de fidelidade de uma pessoa com tamanho efeito, agressões físicas e assassinatos terão uma consequência exponencialmente superior. Uma ferida provocada contra um participante do grupo pode ativar uma profunda necessidade de vingança em um ou mais componentes. O amor que une uma família frequentemente contribui para que seus participantes ajam irrefletidamente, como se lhes fosse exigida uma obediência incondicional. Muitos participantes seguem, sem perceber, a lei implacável da justiça primitiva ou consciência coletiva - olho por olho, dente por dente - de maneira que um dano sofrido pode, em muitos casos, ser revivido de geração a geração, ou seja,

a identificação é como uma compulsão sistêmica da repetição. Tenta recriar e reproduzir o passado para fazer justiça a uma pessoa excluída. Essa justiça, porém, é primitiva e cega: não traz solução. Segundo sua dinâmica, pessoas que vem depois se enredam no destino de uma pessoa que veio antes. Ainda que seus atos sejam motivados pelo amor, elas assumem uma responsabilidade inadequada. Uma pessoa que vem depois nada pode fazer pela que veio antes, depois do fato consumado. Essa justiça retroativa apenas mantém, indefinidamente, o desequilíbrio sistêmico (HELLINGER, 2006, p. 166).

Dentro de uma disputa, seja ela pessoal ou grupal, cada lado, ou cada indivíduo, é fiel ao seu grupo de referência e tem a sua própria boa consciência, que sustenta violências e até mesmo homicídios de ambas as partes. Nesse sentido,

é espantoso constatar o quão diminuta é a capacidade das pessoas em admitir a validade do argumento dos outros, embora esta capacidade seja uma das premissas fundamentais e indispensáveis de qualquer comunidade humana. Todos os que tem em vista uma confrontação consigo próprios devem contar sempre com esta dificuldade geral. Na medida em que o indivíduo não reconhece o valor do outro, nega o direito de existir também ao “outro” que está em si, e vice-versa (JUNG, p. 15, 2000).

No entanto, este não é o único motor da violência, o outro é a própria necessidade de equilíbrio entre o que se dá e o que se recebe, entre ganhos e perdas, da necessidade de justiça (VIEIRA, 2017). De fato, a justiça tem este sentido, e nos sentimos muito frustrados e feridos quando há um desequilíbrio neste processo, nesta estabilização da troca no social.

Enfim, aplicando os ensinamentos da Constelação Sistêmica é possível atender o princípio da dignidade da pessoa humana ao mirar no cerne do conflito judicial e

viabilizar a realização de direitos ameaçados ou violados como, por exemplo, o exercício da paternidade por vezes afetado em casos de alienação parental (VIEIRA, 2017).

Nesse sentido, a proposta da Mediação em conjunto com a Constelação Sistêmica é uma abordagem inovadora, trazendo da ação dramática o reencontro pessoal dos envolvidos no conflito, desvendando o não dito, as conexões inconscientes, para a reconstrução de um novo e melhor conviver.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do estudo proposto, é possível observar que os dois institutos, a Mediação e a Constelação Sistêmica, se complementam, ambos possuem a mesma finalidade que é permitir um ampliar da consciência, o reconhecimento da alteridade, da fraternidade e juntos podem ser ainda mais eficazes no tratamento dos conflitos, seja no âmbito judicial ou na mediação comunitária.

Tanto a mediação Waratiana quanto a Constelação Sistêmica têm como intuito reconhecer a pessoa como um ser humano, um ser que não é só, que possui uma história, que comete erros, além disso, têm como intuito humanizar os conflitos dando oportunidade às partes de expor livremente os seus sentimentos e as suas necessidades que muitas vezes são castradas pela dureza do processo judicial.

Nesse sentido, a proposta da mediação é entender as entrelinhas do conflito, a comunicação não-verbal, a leitura corporal, o silêncio e os sentimentos e é possível incrementar esse trabalho com novas ferramentas como, por exemplo, a utilização das frases sistêmicas, frases de cura, dos exercícios com âncoras e todas as técnicas utilizadas para fazer com que as partes percebam por qual motivo ainda mantém vivo o conflito.

A aplicação da Constelação Sistêmica no Judiciário já é uma realidade e já demonstra inúmeros benefícios, assim como a Mediação, pois ambas potencializam a transformação da cultura jurídica brasileira do modelo litigioso para o paradigma da solução consensual e pacífica de conflitos, estimulando a autocomposição, o que reforça a necessidade de se implantar cada vez mais centros de mediação e de formação de profissionais, tanto no âmbito judicial quanto no âmbito comunitário, pois o pensamento sistêmico enriquece, valoriza o processo de mediação e realmente se mostra capaz de revelar as reais necessidades dos conflitantes.

## REFERÊNCIAS

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos**. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARDOSO, Hélio Apoliano. **Direito de família à luz da constelação familiar e do direito sistêmico**. Disponível em [http://www.divulgacaolex.com.br/doutrina\\_27160751\\_DIREITO\\_DE\\_FAMILIA\\_A\\_LUZ\\_DA\\_CONSTELACAO\\_FAMILIAR\\_E\\_DO\\_DIR\\_EITO\\_SISTEMICO.aspx](http://www.divulgacaolex.com.br/doutrina_27160751_DIREITO_DE_FAMILIA_A_LUZ_DA_CONSTELACAO_FAMILIAR_E_DO_DIR_EITO_SISTEMICO.aspx). Acesso em 20 set 2017.

CASTILHO, Carola. **Ecos do Passado: Trabalho terapêutico Sistêmico em Constelações Familiares**. Tradução: Tatiana Hedeke. 1ª Ed. Curitiba: Artêra: Appris, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Mediação Judicial**. 5ª ed. p.43 apud YARN, Douglas H. Dictionary os conflict Resolution.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. 18ª ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2016.

GIMENEZ, Charlise Paula Colet. **O mediador na resolução 125/2010 do CNJ: um estudo a partir do Tribunal Múltiplas Portas**. Águas de São Pedro: Livronovo, 2016.

GUEDES, Olinda. **Além do Aparente – Um livro sobre Constelações Familiares**. 1ª Ed.. Curitiba, 2015.

HELLINGER, Bert. **Ordens do Amor – Um guia para o trabalho com Constelações Familiares**. Tradução: Newton de Araújo Queiroz; revisão técnica Heloisa Giancoli Tironi, Tsuyuko Jinno-Spelter. São Paulo: Cultrix, 2007.

JUNG, Carl. **A natureza da psique**. 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MATHIS, Armin. **A sociedade na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann**. Disponível em [https://www.infoamerica.org/documentos\\_pdf/luhmann\\_05.pdf](https://www.infoamerica.org/documentos_pdf/luhmann_05.pdf). Acesso em: 01 de jan. 2018.

NUNES, Antonio Carlos Ozório. **Manual da Mediação. Guia prático da Autocomposição.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ROCHA, Leonel Severo; SCHWARTZ, Germano; CLAM, Jean. **Introdução à teoria do sistema autopoietico do Direito.** 2ª ed., rev. e ampl. Livraria do Advogado Editora, 2013.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.** São Paulo: Ágora, 2006.

SANTANA, Jair Eduardo. **Pensamentos Linear-Cartesiano, Sistêmico e Complexo aplicados à Governança Pública:** As aquisições Governamentais. Disponível em: [https://www.jmleventos.com.br/arquivos/news/newsletter\\_adm\\_publica/arquivos/ANE\\_XO\\_3\\_12\\_03.pdf](https://www.jmleventos.com.br/arquivos/news/newsletter_adm_publica/arquivos/ANE_XO_3_12_03.pdf). Acesso em: 21 jan. 2018.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento Sistêmico: O Novo Paradigma da Ciência.** 10ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

VIEIRA, Adhara Campos. **A constelação sistêmica no Judiciário.** Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

WARAT, Luís Alberto. **A Rua Grita Dionísio! Direitos Humanos da Alteridade, Surrealismo e Cartografia.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

WARAT, Luís Alberto. **Surfando na Pororoca: O ofício do mediador.** Monteiro: Fundação Boiteux, 2004.

WARAT. Luís Alberto. **Ecologia, psicanálise e mediação, in WARIAT, Luís Alberto (org.) Em nome do Acordo: a mediação no direito.** Buenos Aires: Almed, 1998.